

Congresso pode analisar veto sobre Petrobras na terça-feira

Alvo de críticas da oposição e de uma ameaça de obstrução dos trabalhos legislativos, veto presidencial contraria decisão do Tribunal de Contas da União que considera irregulares quatro obras da estatal petrolífera

O veto do presidente Lula a dispositivo do Orçamento da União que impedia repasse de recursos públicos a obras apontadas como irregulares pelo Tribunal de Contas da União pode ser analisado em

sessão do Congresso Nacional prevista para a próxima terça-feira, às 19h. A reunião de senadores e deputados com essa finalidade, a ser realizada no Plenário da Câmara, foi convocada pelo presidente do Congresso e

do Senado, José Sarney. Nos últimos dias, opositoristas criticaram a decisão de Lula, e o líder do DEM, José Agripino, chegou a anunciar obstrução dos trabalhos até uma deliberação do Congresso. **5**



À mesa da sessão solene do Congresso Nacional, Inocêncio Oliveira, Michel Temer, José Sarney, Marco Maia e Mão Santa

Alimentação é direito social previsto na Constituição

O Congresso Nacional promulgou ontem duas emendas constitucionais de relevante alcance social. Uma delas inclui a alimentação entre os direitos sociais estabelecidos pela Constituição e a outra regulamenta o piso salarial e o plano de carreira do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias.

O presidente do Congresso, José Sarney, comentou que, ao falar em solenidade das Nações Unidas, há 20 anos, já apontava a fome como um dos maiores dramas mundiais. Lembrou ainda ter defendido na convocação da Constituinte a necessidade de se avançar na garantia dos direitos civis, individuais e sociais. **7**

Jobim virá ao Senado falar sobre a compra dos aviões

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decidiu ontem convidar o ministro da Defesa, Nelson Jobim, para vir ao Senado falar sobre o processo de compra, pelo Brasil, de 36 caças para a Força Aérea. A disputa envolve modelos francês e sueco, mas a escolha final ainda não foi anunciada pelo governo. Também foi aprovado

debate sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos. A reunião foi marcada pela irreverente "homenagem" do senador Wellington Salgado ao ex-presidente de Honduras Manuel Zelaya, que passou quatro meses abrigado na embaixada brasileira. Wellington levou um bolo em que Zelaya aparece deitado num sofá. **3**



Heráclito Fortes observa o bolo em "homenagem" a Manoel Zelaya, levado por Wellington Salgado (ao fundo)

Comissão aprova projeto que institui política de abastecimento **7**

Supremo deve analisar relatório sobre novo CPC

Relatório da comissão de juristas que elabora anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil foi entregue pelo presidente do colegiado, ministro Luiz Fux, ao presidente do STF, ministro Gilmar Mendes. **8**

CDH vai debater proposta contra a homofobia

Decisão foi tomada na reunião de ontem, depois da aprovação de três requerimentos. Projeto da Câmara já foi votado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. **2**



Fátima Cleide, relatora do projeto, e Cristovam Buarque, presidente da CDH

Suplicy considera ofensivas frases de militares

O senador Eduardo Suplicy quer ouvir explicações de dois indicados para o Superior Tribunal Militar, cujas opiniões ele considerou ofensivas aos homossexuais. **3**

Palmas é exemplo de política de saúde bem-sucedida, diz Cassol

A média nacional de médicos com especialização é de 20%, mas em Palmas, capital do estado do Tocantins, é de 90%. Da mesma forma, a Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda um médico para cada 100 mil habitantes em uma cidade ou região, e Palmas tem quase 500 médicos para atender os seus 200 mil habitantes. Esses dados sobre saúde da população da capital tocaninense foram registrados ontem por Sadi Cassol (PT-TO), que os classificou como “os melhores do país”.

– As políticas públicas de saúde estão no caminho certo e seus funcionários estão comprometidos com o usuário do Sistema Único de Saúde. Na capital do Tocantins, o médico, a enfermeira e o dentista são mais que profissionais da saúde. Eles têm um compromisso de atendimento humano e criativo – elogiou.

De acordo com o senador, as unidades de pronto-atendimento da prefeitura aumentaram a capacidade de receber pacientes: de 4.268 vagas, em dezem-



Germão Magalhães

Sadi Cassol: dados da área de saúde na capital são os melhores do país

bro de 2009, passaram para 11.241 em janeiro deste ano.

Além do Hospital Geral de Palmas, que implantou serviço de cirurgia cardíaca, outro centro de saúde apontado como referência estadual pelo senador é o Instituto Ortopédico de Palmas.

Sadi Cassol citou ainda, como exemplos de ações bem-sucedidas, o programa de atenção à saúde básica, que oferece atendimento domiciliar para pacientes com dificuldades de locomoção, e o trabalho dos agentes comunitários de saúde na erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos.

Rosalba pede aprovação de piso salarial para agente de saúde



Germão Magalhães

Para Rosalba, batalha foi vencida, mas ainda é preciso “ganhar a guerra”

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu ontem aos deputados que votem com rapidez projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que fixa em R\$ 930 o piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Rosalba, que relatou o projeto no Senado, fez o apelo em discurso, pouco depois que os presidentes do Senado e da Câmara promulgaram emenda constitucional que dá competência à União para estabelecer o regime jurídico, o piso salarial e a regulamentação das duas

atividades.

A parlamentar informou que o projeto (PLS 196/09), já votado pelos senadores, tramita na Câmara desde setembro do ano passado. Além do piso salarial, a proposta estabelece que o governo federal terá de ajudar financeiramente os municípios a pagar os agentes. Fixa também a jornada de trabalho das duas categorias em 40 horas semanais.

Para ela, a promulgação da emenda constitucional (EC 63/10) “representa uma batalha vencida, mas é preciso ganhar a guerra, com a aprovação do projeto de regulamentação”.

Rosalba lembrou que, quando prefeita de Mossoró, implantou o primeiro grupo de 50 agentes comunitários de saúde, repetindo experiência bem-sucedida do Ceará.

A senadora cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva um amplo programa destinado a reduzir a mortalidade materna nos partos, lembrando que a primeira esposa do presidente morreu em consequência de complicações no parto.

Aprovada pela CAS no ano passado, proposta é polêmica. Presidente da CDH, Cristovam Buarque quer realizar mais de um debate sobre o assunto antes da votação

Projeto contra homofobia será discutido na CDH

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoverá debates para discutir o projeto que define os crimes de preconceito em razão de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero (PLC 122/06). Três requerimentos com essa finalidade, dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Magno Malta (PR-ES) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), foram aprovados ontem pela comissão.

Magno Malta disse que o projeto foi aprovado de “maneira sorrateira” na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), antes que fosse amplamente discutido.

Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltou que a proposta possui artigos que podem dar margem

a interpretações erradas, como a aceitação da pedofilia. Para Camata, se a lei estivesse em vigor, o papa Bento XVI teria sido preso por afirmar, no Brasil, que não é natural o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Haiti

A CDH também aprovou pedido de Magno Malta para realização de debate sobre as crianças haitianas que ficaram órfãs em razão do terremoto em janeiro deste ano. A adoção dessas crianças por famílias brasileiras deverá fazer parte das discussões. O senador José Nery (PSOL-PA) lamentou que grupos estejam aproveitando a fragilidade do Haiti para traficar crianças e órgãos.

Direitos Humanos

O terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, criado pelo Decreto 7.037/09, também será discutido na CDH, a pedido de Nery.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse não compreender o motivo da polêmica, já que o programa é uma reedição dos anteriores. Para ela, as discordâncias se devem ao ano eleitoral. Já Magno Malta afirmou ser contrário ao programa, que não teria sido amplamente discutido.

A CDH também decidiu discutir a situação dos índios guaranis, a idade mínima para atuar como ator mirim, as perícias médicas e o sistema de alta hospitalar programada.



Márcia Kallume

Comissão de Direitos Humanos decidiu debater, entre outros temas, os órfãos do Haiti e o plano de direitos humanos

Regras para atendimento em saúde infanto-juvenil

Projeto de lei que define práticas de prevenção a problemas de saúde em crianças e adolescentes e estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta é da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) e ainda será votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 228/08, destacou Patrícia Saboya, foi sugerido pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). O projeto recebeu texto alternativo do relator, senador Mão Santa (PSC-PI), que determina procedimentos de prevenção e de atendimento médicos ao público infanto-juvenil, como consultas, diagnósticos, realização de exames e acompanhamento do tratamento.

Pela proposta, que altera a lei que trata dos planos e seguros



Márcia Kallume

Proposta de Patrícia Saboya foi baseada em sugestão da Sociedade Brasileira de Pediatria

privados de assistência médica (Lei 9.656/98), a Agência Nacional de Saúde, após consultar a SBP, estabelecerá, em protocolos clínico-terapêuticos, as ações e procedimentos para a assistência à criança e ao adolescente. O projeto ainda determina quais ações priorizam a promoção

da saúde e prevenção de doenças.

O atendimento médico às crianças e aos adolescentes será feito somente por especialistas em pediatria. Apenas em caso de urgência ou emergência, e quando não houver pediatra para receber a criança, um profissional de outra especialização poderá fazer o atendimento.

A senadora destacou a importância de acompanhar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, ressaltando que alguns planos de saúde não permitem consultas mensais aos bebês de até um ano de idade, a menos que estejam doentes.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que é médica pediatra, enfatizou que o acompanhamento da saúde dos menores pode prevenir muitas doenças. Problemas graves que não apresentam sintomas explícitos podem ser detectados pelo médico durante exames de rotina, o que pode salvar vidas e evitar custos maiores para as famílias e para o Estado, disse.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão, que começa às 9h, não terá votações

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Geovani Borges (PMDB-AP) e Serys Silhessarenko (PT-MT).

Suplicy cobra esclarecimentos de militares sobre homossexuais

Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu ontem em Plenário o retorno do almirante de esquadra Alvaro Luiz Pinto e do general de exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que esclareçam declarações consideradas pelo senador como ofensivas aos homossexuais.

Os dois oficiais tiveram aprovadas pela CCJ antontem suas indicações para o cargo de ministros do Superior Tribunal Militar (STM), em substituição a José Alfredo Lourenço dos Santos e Antonio Ignacio Domingues, que se aposentaram.

Durante a sabatina, o presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), questionou os dois militares sobre a presença de homossexuais nas Forças Armadas.

Em resposta, Alvaro Pinto afirmou que não tem nada contra, desde que o homossexual "mantenha a dignidade da farda, do cargo, do trabalho que executa".

Já Cerqueira Filho disse que os homossexuais só deveriam ser aceitos pelas Forças Armadas "se mantivessem a opção sexual em segredo". Caso contrário, para ele, "o indivíduo não consegue comandar" e a tropa não o obedeceria.

Suplicy sugere que os esclarecimentos sejam prestados antes da votação das indicações dos oficiais em Plenário.

– Considerando que se pode inferir um viés discriminatório nas declarações de ambos os oficiais, entendo que tal postura



Para Suplicy, "viés discriminatório" pode influir nas decisões do STM

poderá influir nas decisões futuras que eles terão que tomar como ministros do STM. Como os ministros não podem pautar suas posições em flagrante desacordo com o texto constitucional, entendo que não devemos votar matérias dessa natureza sem os devidos esclarecimentos – argumentou.

O parlamentar lembrou que a Constituição assegura que o Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana e como um de seus objetivos fundamentais "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". O artigo 5º determina ainda que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza".

O senador assinalou que o próprio Código Penal Militar, que considera a homossexualidade um crime, não tem mais aplicação, uma vez que a Constituição estabelece que não pode haver discriminação de qualquer natureza.

Malta anuncia frente contra Programa de Direitos Humanos

Magno Malta (PR-ES) declarou ontem que irá criar uma frente parlamentar contra o decreto presidencial que criou o Programa Nacional de Direitos Humanos. Segundo o senador, o decreto – assinado pelo presidente Lula no final do ano passado – "enaltece o Projeto de Lei 122", em tramitação na Câmara, cuja proposta "cria um império homossexual no Brasil".

O senador afirmou que o projeto dá aos homossexuais direitos que não foram concedidos aos índios, aos negros ou aos portadores de deficiência. Ele afirmou que a frente terá a maioria dos parlamentares, tanto do Senado quanto da Câmara, e que o PL 122 "irá morrer nesta Casa".

Malta informou que requereu a realização de uma audiência pública sobre a matéria, pedido aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Segundo ele, serão convidados representantes "da sociedade islâmica, da sociedade espírita, da sociedade judaica, das religiões afro-brasileiras e também católicos, evangélicos, ateus e intelectuais".

O parlamentar disse ainda que não tem nada contra os homossexuais, que os respeita muito, mas disse não poder permitir a



Para Magno Malta, documento "cria império homossexual no Brasil"

aprovação de um projeto inconstitucional, já que a Constituição estabelece que a união estável é aquela realizada "entre um homem e uma mulher".

– Não sou homófobo – declarou o parlamentar, para quem "o Brasil precisa de uma grande campanha de educação e respeito nessa e em outras questões".

O senador manifestou também pesar pelo falecimento do sogro do pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus da Vila da Penha (RJ); informou ter pedido a realização de sessão especial em homenagem aos mortos no terremoto do Haiti; e criticou as declarações do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso a favor da legalização da maconha.

CRE também aprovou requerimentos convidando o ministro da Defesa e o secretário Paulo Vannuchi para discutir o Programa Nacional de Direitos Humanos

Comissão chama Jobim para falar sobre compra de aviões

O MINISTRO DA Defesa, Nelson Jobim, deverá comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para falar sobre a compra de aviões militares pelo Brasil e sobre o decreto que contém as conclusões da terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos. Os requerimentos foram aprovados ontem pela comissão, que também decidiu convidar o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

Foram aprovados dois requerimentos referentes ao processo de escolha dos caças que equiparão a Força Aérea Brasileira, dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Renato Casagrande (PSB-ES). Azeredo – que preside a comissão – recorda no requerimento que um relatório técnico da Força Aérea concluiu pela aquisição dos aviões suecos Gripen NG. Mesmo assim, observa o senador, é cada vez mais forte a tendência do governo brasileiro de comprar os franceses Rafale.

Azeredo e Casagrande também assinam os requerimentos, aprovados pela comissão, de



Jobim será convidado por sugestão dos senadores Azeredo e Casagrande

convite a Jobim para comentar o Programa Nacional de Direitos Humanos. O governo se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional, até abril deste ano, um projeto de lei com o objetivo de criar a "Comissão da Verdade", destinada a apurar violações de direitos humanos durante o regime militar. Na opinião de Azeredo, o programa aborda temas que são "objeto de grande controvérsia", como a revogação da Lei da Anistia.

Por sugestão de Eduardo Su-

plicy (PT-SP), Paulo Vannuchi também foi convidado para falar à comissão sobre o tema.

Acordos

Em sua primeira reunião do ano, a comissão aprovou dois projetos de decreto legislativo que tratam de acordos internacionais.

O primeiro (PDS 799/99), relatado pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), é o acordo de cooperação cultural com a Letônia, firmado em 2008, que abrange as áreas de literatura, cinema e televisão, além de colaboração na proteção de direitos autorais.

Já o PDS 839/09, relatado por Paulo Duque (PMDB-RJ), traz o acordo de cooperação na área de defesa assinado com o Paraguai em 2007. O acordo prevê, entre outros itens, intercâmbio de informações no campo da inteligência estratégica, notificação prévia de manobras militares na região de fronteira e visitas a unidades militares. Os dois projetos ainda serão examinados pelo Plenário.



Heráclito e demais senadores da CRE observam bolo com um boneco deitado, representando o ex-presidente hondurenho

Wellington: "homenagem" bem-humorada a Zelaya

Wellington Salgado (PMDB-MG) prestou ontem uma irreverente "homenagem" ao ex-presidente de Honduras, Manuel Zelaya, durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O senador levou à sala do colegiado um bolo no qual Zelaya – que passou quatro meses abrigado na embaixada brasileira em

Tegucigalpa – aparece deitado em um sofá com um chapéu sobre o rosto, exatamente como em uma foto publicada pela imprensa logo após sua chegada ao edifício da chancelaria.

– A foto que inspirou o bolo demonstra a preocupação de Zelaya com a democracia – disse Wellington, em tom de ironia.

Como recordou o senador, Ze-

laya, que foi deposto do cargo por um golpe, permaneceu na embaixada brasileira de 21 de setembro do ano passado a 27 de janeiro deste ano. Depois disso, ele deixou Honduras em direção à República Dominicana. Ao comentar a "homenagem", o senador Augusto Botelho (PT-RR) disse que a "democracia prevaleceu em Honduras".

Casagrande: Brasil deve liderar trabalho no Haiti



Renato Casagrande

O Brasil deve exercer papel de liderança na reconstrução do Haiti, após o terremoto que atingiu aquele país, afirmou ontem o senador Renato Casagrande (PSB-ES), em discurso no Plenário. Ele lembrou que o Brasil lidera a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti desde 2004. Por isso, tem maior responsabilidade militar e diplomática na oferta de ajuda humanitária e deve coordenar os esforços de cooperação de todos os países.

O trabalho de reconstrução, disse o senador, é um desafio de grandes proporções, pois, além da destruição das cidades, milhares de famílias foram desagregadas, falta comida, água e energia, há desemprego e a violência cresce.

Tuma envia condolências às famílias dos militares



Romeu Tuma

no Haiti, onde serviam em missão de paz. A cerimônia ocorrerá hoje e contará com a presença do Comando do Exército em São Paulo.

Tuma afirmou que os militares brasileiros que integram a força de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti vinham atuando "com a mão amiga e não com a mão da força" e, por isso, conseguiram conquistar a confiança do povo haitiano.

Marconi Perillo e Kátia Abreu solicitaram audiência pública para discutir as questões relativas ao direito de propriedade no projeto de Antônio Carlos Valadares



Desde 2007, produtores, governo e especialistas discutem o marco regulatório em análise na Comissão de Agricultura

Estatuto do Produtor Rural será debatido na terça-feira

PARA ANALISAR AS questões relativas ao direito de propriedade no projeto do Estatuto do Produtor Rural, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza uma audiência pública na próxima terça-feira, a partir das 9h30.

Participarão do debate o professor e jurista Ives Gandra Martins; o produtor rural e coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Rodrigues; o professor de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná Luiz Edson Fachin; o promotor de Justiça do estado de São Paulo Marcelo Goulart; a advogada

e assessora tributária da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás Marília Ferreira Guedes Vecci; e representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Associação Juízes para a Democracia.

O Estatuto do Produtor Rural foi proposto em projeto de lei (PLS 325/06) por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e discutido em maio de 2007 por representantes do governo e dos pequenos e grandes produtores, que abordaram questões como financiamento, tributos, meio ambiente e agricultura familiar.

Em agosto de 2009, nova audiência pública sobre o projeto reuniu especialistas para tratar assuntos ligados à questão fundiária, como o perfil do produtor rural, a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a insegurança jurídica quanto à titularidade da terra.

A audiência que será realizada na terça-feira foi solicitada pelos senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da matéria, com adendos apresentados por João Pedro (PT-AM) e Augusto Botelho (PT-RR). A reunião ocorrerá na sala 7 da ala Alexandre Costa.

O que diz o projeto do Estatuto do Produtor Rural

• **Definição de produtor rural** – Pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquicultura, além de atividades não agrícolas, respeitadas a função social da terra.

• **Definição de agronegócio** – Conjunto global das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles, incluindo os serviços de apoio.

• **Crédito rural** – Determina prazo máximo de 30 dias para apreciação, pelas instituições, dos pedidos de financiamento feitos por produtores rurais. Proíbe que a concessão de crédito rural seja condicionada à contratação, por parte dos produtores rurais, de produtos ou serviços bancários estranhos à atividade agropecuária financiada.

• **Assistência técnica e extensão rural** – Estabelece que a assistência técnica e a extensão rural públicas são direitos de todo produtor rural.

• **Seguro rural** – Estabelece que o seguro rural, com custo compatível com a rentabilidade da atividade agropecuária, é direito do produtor rural, desde que sejam respeitadas as regras de

local e data de plantio constante do zoneamento agrícola anual. Dispõe, ainda, sobre a subvenção do prêmio do seguro rural.

• **Acesso aos mercados** – Estabelece preço mínimo suficiente para cobrir os custos de produção como direito do produtor rural. Define como infração à ordem econômica o exercício abusivo de poder de mercado por parte de fornecedores e de compradores contra o produtor rural. Equipara o produtor rural ao consumidor, para fins de aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

• **Acesso à terra** – Reafirma o princípio constitucional da função social da terra. Dispõe sobre a reforma agrária e o crédito fundiário e sobre a garantia da assistência técnica e do apoio necessário para que os assentamentos possam integrar-se aos mercados de forma competitiva.

• **Infraestrutura rural** – Trata dos projetos de irrigação e drenagem e de eletrificação rural, com ênfase na preservação do meio ambiente, na viabilização do aumento da produtividade agropecuária e na redução dos custos de produção.

• **Assistência social e à saúde do produtor rural** – Dispõe sobre o acesso das comunidades rurais às ações de cidadania, como obtenção de carteira de identidade, CPF e título de eleitor. Determina que cada comunidade rural deva ter, obrigatoriamente, pelo menos uma

unidade de saúde, com presença de agente de saúde e de enfermeiro em tempo integral, e de médico em tempo parcial ou integral.

• **Preservação e conservação do meio ambiente** – Estabelece como dever do produtor rural a exploração sustentável da terra e a preservação do meio ambiente. Determina que o produtor rural não pode ser responsabilizado pela degradação do meio ambiente da qual não tenha tido participação direta, mas não o exime da obrigação de recuperar as áreas degradadas, de forma progressiva, no prazo de até dez anos.

• **Defesa agropecuária** – Trata da obrigatoriedade de adoção de medidas para redução do impacto ambiental do uso de insumos agrícolas.

• **Informação agropecuária** – Dispõe que as informações contidas nos rótulos dos insumos agropecuários devem empregar linguagem simples e acessível ao usuário leigo e que a divulgação comercial de insumos agropecuários deve informar os riscos à saúde e ao meio ambiente. Trata ainda da divulgação de resultados de pesquisas científicas, em linguagem acessível ao produtor rural.

• **Relações de trabalho no meio rural** – Torna gratuito o registro em cartório dos contratos de parceria e de arrendamento rural. Dispõe sobre a contratação por empreitada para execução de serviços de natureza eventual.

Serys comemora redução do desmatamento em Mato Grosso

O desmatamento em Mato Grosso apresentou uma queda de 79,97% em novembro do ano passado em relação ao mês anterior, segundo revelou o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O resultado foi comemorado ontem pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), apontando a tendência de redução do desflorestamento no estado, no comparativo com 2008. Os satélites registraram 8,33 quilômetros quadrados de desmate durante o mês de novembro, contra 41,6 quilômetros quadrados em outubro.

– Esse é um grande avanço para um estado que sempre esteve entre os primeiros lugares em desmatamento no Brasil, sem nenhuma perspectiva de queda nos números. Entre dezembro de 2008 e novembro de 2009, o Inpe registrou 998,81 quilômetros quadrados desmatados no estado. Apesar de ter havido uma redução grande nos últimos meses, ainda é muito. Sonho com o dia em que teremos desmatamento zero – afirmou.

Segundo Serys, os dados nacionais seguiram a mesma tendência de declínio registrada no seu estado. O desmatamento na Amazônia em outubro e novembro de 2009 atingiu 247 quilômetros quadrados de floresta. Na comparação com os mesmos meses de 2008, houve queda de 72,5%. Serys opinou que esse resultado demonstra que as ações do governo federal, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dos governos de cada estado que pertence à Amazônia e de outras entidades têm dado



Senadora diz que tendência de queda no desmatamento é nacional

resultados positivos.

A senadora lembrou que o objetivo do Brasil é alcançar o desmatamento ilegal zero. Atualmente, cerca de 85% do desmate registrado no país é ilegal. Ela defendeu uma política mais eficiente de fiscalização e de conscientização de fazendeiros, agricultores, pecuaristas, empresários e, principalmente, da população. Ela argumentou que responsabilizar e pagar multas são medidas que podem ajudar, mas que os resultados mais eficazes podem ser obtidos com a orientação e a educação.

Alcool

Outro assunto abordado por Serys foi a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do seu substitutivo ao projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que estipula pena entre seis meses e quatro anos de detenção, além de multa, para quem vender, fornecer, servir ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente. Em aparte, o senador Augusto Botelho (PT-RR) aplaudiu a iniciativa e sugeriu às famílias que tratem com rigor os seus filhos menores de idade, não permitindo que eles consumam bebida alcoólica.

Raupp destaca importância do PAC para rodovias do Norte

No mesmo dia em que o governo federal apresentou o balanço de três anos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou a importância, para a região Norte, da construção e reforma de rodovias com recursos do programa.

De acordo com Raupp, tais empreendimentos são fundamentais para garantir o escoamento da produção nacional para países vizinhos e sustentar o crescimento brasileiro nos próximos anos.

Ele citou, por exemplo, a rodovia bioceânica, prevista para outubro, ligando o Brasil ao Peru na região de Guajará-Mirim. Segundo ele, trata-se de obra “importantíssima” pelas vantagens que proporcionará aos exportadores de soja, de carne e outros produtos.

Valdir Raupp mencionou também a ponte que ligará Guajará-Mirim à cidade de Guayamerín, na Bolívia, concedendo àquele país uma saída para o oceano Atlântico.

– O presidente Lula



Senador elogia andamento de obras de construção e reforma de estradas

determinou que o projeto executivo seja feito e o Dnit [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes] disse que ele ficará pronto em março. Em junho poderá sair a licitação e, se possível, a obra começará ainda este ano – afirmou o senador.

Outra obra fundamental, na sua avaliação, e que está em fase de licenciamento ambiental, é a restauração da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Ele comemorou ainda a licitação para a construção da ponte de Porto Velho, que faz parte da rodovia.

Parlamentares decidirão se obras da Petrobras com suspeitas de irregularidades graves pelo TCU poderão continuar recebendo recursos públicos



Reunião conjunta foi marcada após ameaça dos partidos de oposição de obstruir as votações no Plenário do Senado

Congresso analisa nesta terça veto sobre Petrobras

O CONGRESSO NACIONAL deve analisar na próxima terça-feira, às 19h, vetos presidenciais – incluindo aqueles sobre o Orçamento deste ano.

A reunião de senadores e deputados, a ser realizada no Plenário da Câmara, foi convocada pelo presidente do Senado, José Sarney.

A principal controvérsia gira em torno do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao anexo da lei orçamentária (Lei 12.214/10). Dessa forma, ele

permitiu que quatro obras da Petrobras com irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pudessem receber recursos públicos.

Diante da decisão dos partidos de oposição de obstruir as votações no Senado até que o veto fosse apreciado, os governistas concordaram em realizar a sessão conjunta do Congresso, marcada para terça.

Lula também vetou dispositivo do Orçamento que obrigava

os órgãos públicos a detalhar os gastos com a criação de cargos comissionados.

Segundo a justificativa oficial, não há necessidade de fazer o detalhamento porque os novos cargos não representariam aumento nos gastos públicos.

Para o consultor de Orçamento da Câmara Eber Zoehler Santa Helena, no entanto, a discriminação de novos cargos criados pelo Executivo e pelos demais Poderes é uma exigência da Constituição.

Desde o início do governo, só uma decisão de Lula foi rejeitada

Nos últimos dois anos, o Congresso realizou apenas quatro sessões para analisar vetos, totais ou parciais, do presidente Lula a projetos de lei aprovados pelo Legislativo. E, quando realizou votações, nenhum veto foi derrubado. A última vez que o Congresso rejeitou vetos do presidente foi em 2005, para restituir reajustes para servidores da Câmara e do Senado.

Em 2009, os parlamentares analisaram vetos a projetos, totalizando 1.038 textos integrais, artigos ou outros dispositivos recusados pelo presidente. Em maio do ano passado, foram realizadas duas sessões para analisar vetos. Havia, na época, grande pressão para que fosse votado o veto a uma emenda incluída por senadores e deputados ao PLV 18/06, que concederia reajuste de 16,67% aos benefícios pagos a aposentados e pensionistas em 2006. Porém, o veto foi retirado de pauta e nunca mais foi analisado.

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor da emenda vetada, porém, já avisou que não vai pedir a inclusão desse veto na pauta de votações da próxima terça-feira. Ele não acredita que, com o voto secreto, qualquer veto a projeto de interesse da população, principalmente dos trabalhadores e dos aposentados, será derrubado.

Antes de votar o veto ao PLV 18/06 (transformado na Lei 11.321/06), Paim quer ver

aprovada a proposta de emenda à Constituição de sua autoria que prevê o voto aberto na análise de vetos presidenciais (PEC 50/06). No entanto, apesar de já ter sido incluída diversas vezes na pauta do Plenário do Senado, a proposta ainda espera votação.

– Enquanto isso, o grande prejudicado será o povo. Prova disso é que nenhum veto foi derrubado nos últimos quatro anos entre os mais de 2 mil votados pelo Congresso. Nessas votações, as pessoas falam uma coisa e votam diferente. Da maneira como está, nunca alcançaremos o número necessário para derrubar um veto – afirmou.

Em 2008, também foram realizadas duas sessões para analisar vetos depois de mais de dois anos sem reuniões para deliberar sobre as sanções do presidente que rejeitaram ou suprimiram

partes de projetos aprovados pelo Congresso. Naquelas sessões apenas 171 vetos foram votados – e mantidos.

Enquanto em 2006 e 2007 não houve sessão do Congresso para apreciar vetos,

em 31 de agosto de 2005, senadores e deputados conseguiram derrubar os vetos do presidente Lula ao reajuste de 15% nos salários dos servidores da Câmara e do Senado. Foi a primeira – e única – vez que as duas casas derrubaram um veto de Lula desde a sua posse, em janeiro de 2003.

Paulo Paim desistiu de incluir na pauta veto ao reajuste das pensões e aposentadorias



Marco Maciel propõe que o Congresso examine em 30 dias o veto do presidente

Proposta simplifica e agiliza deliberação do Legislativo

A proposta de emenda à Constituição que simplifica a análise dos vetos totais e parciais do presidente da República a projetos aprovados pelo Legislativo (PEC 57/05), do senador Marco Maciel (DEM-PE), determina a análise alternada de vetos entre a Câmara e o Senado. Já aprovada pelos senadores em julho de 2007, a proposta aguarda votação dos deputados.

De acordo com a PEC, o veto deverá ser examinado separadamente pelo Senado e pela Câmara, no prazo de 30 dias a contar do seu recebimento,

só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos senadores e deputados, em votação secreta.

Maciel argumenta que o veto presidencial é, atualmente, um grande limite à atividade legislativa. Há hoje mais de 550 dispositivos vetados pelo presidente da República, entre projetos inteiros e partes de proposições, aguardando análise. Alguns dos vetos têm mais de uma década esperando votação. O senador acredita que essa situação gera insegurança jurídica, já que o processo de votação não é concluído.

Fila extensa

Pauta do Congresso ainda possui 550 vetos presidenciais, apesar da votação de mais de mil no ano passado, todos confirmados. Desde 2005 um veto não é derrubado

| | 2009 | 2008 | 2007 | 2006 | 2005 |
|---|--------------|-------------|------------|------------|------------|
| Projetos com vetos | 209 | 220 | 141 | 115 | 89 |
| • Votados e mantidos | 1.038 | 171 | 0 | 0 | 1 |
| • Votados e rejeitados | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| • Prejudicados | 0 | 139 | 0 | 64 | 34 |
| • Em tramitação em 31 de dezembro | 550 | 1158 | 884 | 599 | 514 |
| Total dos vetos (totais ou parciais) | 1.588 | 1468 | 884 | 663 | 551 |

Fonte: Relatórios da Presidência do Senado Federal

Proposta de emenda constitucional do senador destina 0,5% da arrecadação do IR e do IPI para atendimento a vítimas de desastres naturais e recuperação das cidades

César Borges quer aprovar fundo contra calamidades

A PROPOSTA DE Emenda Constitucional 20/09, que prevê uma fonte de recursos para o Fundo Nacional de Defesa Civil (0,5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e do Imposto de Renda), é uma das matérias que o senador César Borges (PR-BA), autor da PEC, trabalhará para ser votada este ano pelo Senado. O fundo destinará recursos para o atendimento a vítimas de desastres naturais e para a reconstrução da infraestrutura urbana.

– Calamidades que ocorreram neste início de ano em São Paulo e no Rio de Janeiro demonstram que o país carece de um mecanismo de rápida mobilização, bem como os episódios das



Senador sugere votação do pré-sal entre as prioridades do Congresso

secas periódicas que assolam o Nordeste brasileiro. É preciso atuar não somente na reparação dos danos, mas, sobretudo, na construção de obras estruturan-

tes de prevenção que protejam as populações dos desastres naturais – afirmou.

Outro projeto de César Borges, o PLS 194/09, permite deduzir do Imposto de Renda Pessoa Física os pagamentos a plano de saúde contratado em benefício de empregado doméstico. Ele explicou que, para a proposta ser votada em Plenário, é preciso que seja rejeitado o pedido de apensamento a outros projetos.

O senador lembrou várias matérias que, para ele, devem ser votadas pelo Congresso este ano. Entre elas, o marco regulatório do pré-sal. O primeiro desses projetos já está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Paim lamenta chuvas e agradece apoio federal a seu estado

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a tragédia provocada pelas chuvas este ano no Rio Grande do Sul. De acordo com ele, 81 municípios foram atingidos, causando 16 mortes, 5 mil desabrigados e destruição.

– Casas foram destruídas, pessoas faleceram, animais morreram, pontes desabaram, barreiras caíram em estradas. Um prejuízo, segundo cálculos preliminares, que vai ultrapassar R\$ 400 milhões – disse.

O senador lembrou que tragédias naturais não são novidade no seu estado: em 2009, houve

740 decretos de emergência para liberação de recursos.

– Apenas este ano, já foram 76 decretos – informou.

Paim agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por determinar que providências fossem tomadas; à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, por fornecer com urgência às autoridades do estado todo o suporte necessário; e ao ministro das Cidades, Marcio Fortes.

Ele informou que o governo editou medida provisória liberando R\$ 200 milhões para reconstrução dos estados atin-



Segundo o senador, 81 municípios foram atingidos e 16 pessoas morreram

gidos – além do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro – e que os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Rio Grande do Sul priorizarão os municípios prejudicados.

Alerta para risco de grande incêndio em Roraima

Augusto Botelho (PT-RR) advertiu em discurso que os incêndios que vêm sendo registrados em Roraima poderão levar o estado a enfrentar uma catástrofe como a de 1998, quando boa parte dos campos e das florestas foi destruída pelo fogo.

Segundo o senador, “a fumaça já impede a visibilidade das serras e dos campos”. Ele disse que uma parte da fumaça é normal no período de secas, enquanto a outra se deve às queimadas feitas pelos agricultores para o preparo das terras destinadas ao plantio.



Augusto: “Estado pode enfrentar uma catástrofe como a de 1998”

Augusto pediu ao governo federal que aumente a ajuda à defesa civil e a órgãos estatais

que socorrem agricultores, sem água para seus animais. Até agora, observou, foram repassados R\$ 15 milhões, que vêm sendo usados na construção de cacimbas, na reconstrução de pontes de madeira queimadas e na perfuração de poços artesianos para atender pequenas comunidades.

O parlamentar lembrou que no grande incêndio de 1998 – só totalmente controlado com a volta das chuvas –, as Forças Armadas foram mobilizadas para ajudar a eliminar os focos de fogo.

Mozarildo cobra explicação para expulsão de assentados do Incra

Famílias desalojadas de suas terras para a criação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e que estavam sendo assentadas em terrenos fornecidos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão começando a ser expulsas também desses novos lotes. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que recebeu essa denúncia por telefone, preparou ofícios cobrando esclarecimentos ao presidente do Incra, aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Justiça e à Polícia Federal (PF).

– Roraima não pode continuar sendo tratada como quintal, nem como terra de ninguém – reclamou.

A expulsão das famílias teria ocorrido através de ação da PF,



Fotos de Gerardo Magliolo

Mozarildo afirma que assentados já foram desalojados da Serra do Sol supostamente requerida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ou pelo Incra. Para Mozarildo, Roraima estaria sendo vítima de uma política equivocada de perda do seu território para a criação de reservas indígenas.

Gurgacz pede ação conjunta no combate à dengue em Rondônia

Só uma ação conjunta e descentralizada envolvendo o governo federal, o estado e os municípios poderá ajudar Rondônia a enfrentar o aumento dos casos de dengue. O alerta foi feito ontem em discurso pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

Ele informou que, neste ano, foram registrados 8.597 casos e 16 mortes no estado até o dia 2 deste mês. Para o parlamentar, é preciso que o Ministério da Saúde assegure recursos e meios operacionais que viabilizem o pleno combate à doença.

– Trata-se de uma verdadeira epidemia. A rede hospitalar pública e privada de Rondônia não vence a demanda – afirmou ele.

Acir Gurgacz também argumentou que, além de ações emer-



Para Gurgacz, só ações duradouras livram estado da ameaça da dengue geniais, “é necessária uma ação duradoura, pois não podemos, a todo período chuvoso, ficar à mercê de epidemias”. O senador observou que os casos de dengue também vêm aumentando em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Acre.

Duque defende Petrobras e elogia atuação de Gabrielli

Ao rebater denúncias contra a Petrobras, Paulo Duque (PMDB-RJ) afirmou que “nada vai segurar a grandeza e a prosperidade da empresa”. Ele disse que, desde sua criação por Getúlio Vargas em 1953, a estatal “foi dando certo e crescendo”, até se transformar numa das maiores empresas do mundo no setor.

O senador homenageou os 33 homens “de alta responsabilidade” que dirigiram a companhia desde a sua fundação. “São pessoas que deram sua inteligência, suor, sangue, luta, em favor da Petrobras”, disse ele.

Duque afirmou que o atual



Paulo Duque destaca que a empresa é uma das maiores do mundo no setor presidente da estatal, Sergio Gabrielli, é competente, eficiente e tem feito grandes realizações, especialmente no Rio de Janeiro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Silhessarenko • Augusto Botelho • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues
Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Silvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, João Carlos Teixeira e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão realizará ciclo de debates sobre recursos humanos

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) decidiu ontem que vai realizar, entre 1º de março e 7 de junho, ciclo de debates sobre recursos humanos para inovação e competitividade. O objetivo das 14 audiências públicas é, segundo o presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), levantar informações sobre a situação do país quanto à formação e capacitação de mão de obra necessária para o desenvolvimento, o gerenciamento e a execução das obras de infraestrutura previstas para os próximos cinco anos.

As audiências – denominadas Agenda Desafio 2009-2015 – também deverão apresentar soluções que levem à formação e à capacitação rápida e efetiva de recursos humanos.

Para Collor, os debates serão uma homenagem à juventude brasileira.

– Vamos colocar na mesa representantes da iniciativa privada, do mundo acadêmico e do poder público para que então possamos, de alguma forma, evitar esse descompasso que existe entre os profissionais que saem anualmente das universidades e as necessidades do mercado – explicou Collor.

Delcídio Amaral (PT-MS) observou que o Brasil está se desenvolvendo em várias frentes e isso tem revelado carência de recursos humanos.

Turismo

Alguns senadores manifestaram estranhamento com o fato de nenhuma audiência sobre

turismo estar prevista no ciclo proposto por Collor.

Gilberto Goellner (DEM-MT) pediu a inclusão do tema, pela importância da área no mercado de trabalho. Rosalba Ciarlini (DEM-RN), por sua vez, ressaltou que uma boa infraestrutura de turismo é fundamental para que o país tenha um plano atrativo de captação de “investimentos na área de hotelaria, com o objetivo de potencializar toda a vocação natural que temos para o setor”.

Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que o Brasil vai sediar a Copa do Mundo de 2014 e que o evento exigirá investimentos da ordem de R\$ 120 bilhões nos próximos quatro anos. Já o senador Adelmir Santana (DEM-DF) assinalou que os aeroportos brasileiros também são deficientes para atender à demanda atual.

Eliseu Resende (DEM-MG), vice-presidente da CI, lembrou que vários metrô brasileiros estão praticamente parados por falta de investimentos.

Valdir Raupp (PMDB-RO), que esteve na China recentemente, relatou que aquele país é hoje o maior especialista mundial na área ferroviária e tem interesse em desenvolver projetos para o Brasil. Wellington Salgado (PMDB-MG) sugeriu que a CI convide também representantes da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior para verificar se há sintonia da iniciativa privada com o Ministério da Educação, que autoriza os cursos.

Piso salarial de agentes de saúde e alimentação como direito social são incluídos na Carta de 1988. Agora, já são 64 as emendas constitucionais aprovadas pelo Congresso



Senadores e deputados aplaudiram, ontem, no Plenário da Câmara, a promulgação de duas emendas constitucionais

Direito à alimentação agora é garantido pela Constituição

O CONGRESSO NACIONAL iniciou 2010 com a promulgação de duas emendas à Constituição. Ontem, em sessão solene, foram promulgadas as emendas constitucionais que tratam da inclusão da alimentação no rol dos direitos sociais e da regulamentação do piso salarial e do plano de carreira do agente comunitário de saúde (ACS) e do agente de combate às endemias (ACE).

O presidente do Congresso, senador José Sarney, comentou que, ao falar em solenidade das Nações Unidas, há 20 anos, já alertava para a questão da fome como um dos maiores dramas mundiais. Lembrou ainda ter defendido na convocação da Assembleia Nacional Constituinte, como presidente da República, a necessidade de avançar na garantia dos direitos civis, individuais e sociais na Constituição.

– Hoje temos a satisfação de



Valadares foi o autor da PEC que torna a alimentação um direito social

ter uma Constituição com um dos melhores capítulos de direitos sociais no mundo – disse.

O presidente da Câmara, Michel Temer, também manifestou satisfação em iniciar os trabalhos legislativos de 2010 com a promulgação dessas emendas constitucionais.

– Há muito o Congresso não fazia, no primeiro dia de seus trabalhos, atividade de tama-

nha significação – afirmou.

A Emenda 64 partiu da PEC 21/01, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que torna a alimentação um direito social previsto pela Constituição, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. No Senado, a matéria foi relatada pelo então senador Sebastião Rocha, hoje deputado federal.

Já a Emenda 63 se originou de proposta de emenda à Constituição (PEC 54/09) que atribuiu à União competência para, por meio de lei federal, estabelecer o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os planos de carreira e a regulamentação das atividades de ACS e ACE. A proposta, do deputado federal Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), teve como relatora no Senado Patrícia Saboya (PDT-CE).

Alimentos: sinal verde para uma política nacional de abastecimento

O país poderá ter em breve uma lei definindo a Política Nacional de Abastecimento, com os objetivos de assegurar a oferta e a qualidade dos alimentos, garantir preços mínimos para o produtor rural e dar condições para que ele possa armazenar e conservar melhor a safra. É o que prevê projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A proposta (PLS 51/08) também estimula a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos e o consumo de produtos básicos pela população carente, além de garantir

o acesso a medicamentos, energia e água potável. O projeto segue agora para as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ônibus

Um pedido de vistas de Serys Slhessarenko (PT-MT) adiou a votação do projeto do ex-senador Expedito Júnior que obriga os ônibus de transporte interestaduais de passageiros a instalar dispositivo de rastreamento por satélite. A matéria também estava na pauta da reunião de ontem.

A intenção da proposta (PLS



Proposta de Crivella abrange acesso a alimentos e proteção ao produtor

711/07) é tentar diminuir os constantes assaltos a ônibus que ocorrem nas estradas, principalmente de madrugada. Se o projeto for aprovado, as empresas deverão instalar os equipamentos após um ano, a contar da data da publicação da nova lei.



Collor (D), com Eliseu Resende: reduzir descompasso na formação profissional

Geovani Borges festeja os 252 anos da fundação de Macapá

Ao comemorar os 252 anos de fundação de Macapá, Geovani Borges (PMDB-AP) disse ontem que, por ser a única capital do país situada na linha do Equador, seus habitantes podem escolher entre circular pelos hemisférios Sul ou Norte da Terra.



Geovani Borges

– A maior vocação

[de Macapá] é o comércio, por sua proximidade com a América Central, América do Norte e Europa. Outra vocação importante é o turismo, com a Fortaleza de São José, o Teatro das Macabeiras e o Parque do Meio do Mundo – disse.

A cidade nasceu como um destacamento militar, em 1738, e foi denominada São José de Macapá pelo então rei da

Espanha, Carlos V. Em 1758, foi alçada à condição de vila pelo então governador do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ocasião em que o local era um dos maiores centros do Norte do país, com 500 habitan-

tes, lembrou Geovani Borges. Em 1943, o Amapá tornou-se território e, em 1988, com a nova Constituição, foi elevado à categoria de estado.

– Em 252 anos, a cidade cresceu e se desenvolveu sob as bênçãos do seu padroeiro, São José, e com o esforço de cada pioneiro e de seus descendentes e daqueles que a adotaram para viver – acrescentou.

Heráclito pede apoio para vítimas de barragem no Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) leu em Plenário carta da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas do Rompimento da Barragem Algodões, evento que afetou os municípios de Cocal e Buriti dos Lopes, no Piauí, há oito meses. No documento, que a pedido de Heráclito Fortes

será enviado ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, os membros da associação cobram assistência real e permanente do governo do Piauí para a reconstrução de suas moradias e a retomada de suas atividades, tendo em vista que muitas famílias ainda estão desabrigadas.



Heráclito quer enviar carta ao ministro da Integração Nacional

Texto preliminar foi entregue ontem ao presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, pelo ministro Luiz Fux, presidente da comissão de juristas que está elaborando anteprojeto

Supremo deve se manifestar sobre relatório de novo CPC

O RELATÓRIO PRELIMINAR dos trabalhos da comissão de juristas que elabora um anteprojeto de novo Código de Processo Civil (CPC) foi entregue ontem ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, pelo presidente da comissão, ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Supremo deverá fazer o controle de constitucionalidade do texto, ou seja, verificar se o seu conteúdo é compatível com a Constituição.

– Viemos pedir a colaboração “científica” do Supremo, que colocou à nossa disposição sua assessoria – disse Luiz Fux após se encontrar com Gilmar Mendes.

A comissão, criada pelo Senado Federal, concluiu o relatório em dezembro de 2009. O texto contém as linhas gerais da proposta de novo CPC, e não seu formato final, que ainda será desenvolvido. Além do exame a ser feito pelo STF, o colegiado contará com as contribuições das audiências públicas que serão realizadas ainda neste semestre.

Ontem, Luiz Fux voltou a afirmar que a proposta deverá estar



Luiz Fux com Gilmar Mendes: proposta deve ficar pronta até o final de junho

pronta até o final de junho, quando será apresentada ao Senado. O colegiado é formado por 12 juristas.

Celeridade

O ministro do STJ reiterou que a agilização dos trabalhos da Justiça e a redução da “gama infundável de recursos” estão entre os principais objetivos da proposta.

Uma das medidas previstas é a “coletivização de demandas”, por meio da qual uma ação judicial será capaz de produzir uma decisão que seja aplicável

a milhares de outras, desde que relacionadas a litígios semelhantes.

Como exemplo de medida a ser adotada para restringir o excesso de recursos, Luiz Fux citou a sugestão de acabar com os “embargos infringentes”.

Outro ponto destacado por Fux é o que prevê, como primeiro passo nos processos, as audiências de conciliação. Ele argumentou que a tentativa de acordo entre as partes logo no início de uma ação pode resultar na redução do número de processos.

Serys solidariza-se com mães de meninos sumidos em Goiás

Serys Silhessarenko (PT-MT) manifestou sua solidariedade aos familiares dos jovens desaparecidos do município de Luziânia (GO). Ela dirigiu-se a um grupo de mães que se encontrava nas galerias do Plenário.

A senadora apontou a necessidade de acompanhamento das investigações por parte do governo federal, caso o paradeiro dos meninos não seja esclarecido, e fez um apelo ao governo de Goiás para que haja rapidez na solução do problema.

– Essa questão tem que ser resolvida com urgência. Não podemos admitir que jovens desapareçam e não se tenha uma resposta – disse.

Fátima Cleide (PT-RO) também manifestou sua solidariedade às mães e o seu apoio à mobilização liderada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pela solução do caso.

Cristovam cobrou providências do governo estadual e

lamentou que as mães estejam desamparadas em razão de sua condição social.

Familiares e amigos dos jovens desaparecidos estiveram em Brasília para pedir a intervenção federal nas investigações dos desaparecimentos, registrados desde o final de dezembro.

Eles fizeram uma manifestação na Esplanada dos Ministérios e no gramado em frente ao Congresso Nacional, durante a manhã e o começo da tarde.

Segundo a mãe de um dos jovens, Sirlene Gomes de Jesus, o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, as recebeu pela manhã e ressaltou que é necessária a solicitação formal do governo de Goiás para que haja intervenção federal.

Parlamentares integrantes da CPI das Crianças e dos Adolescentes Desaparecidos, em funcionamento na Câmara dos Deputados, também participaram do encontro.

Casagrande reitera a oferta de ajuda nas investigações

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou ontem que o Senado ofereceu os instrumentos à disposição das CPIs em funcionamento na Casa para as autoridades envolvidas na apuração do desaparecimento de seis adolescentes em Luziânia, cidade goiana do entorno de Brasília.

Casagrande integrou a comitiva de senadores que foi à cidade na quarta-feira.

– Oferecemos à polícia de Goiás todo o apoio com relação às CPIs que funcionam no Senado. Porque a CPI pode rapidamente quebrar o sigilo telefônico, quebrar o sigilo bancário, tomar medidas rápidas para poder ajudar no processo de investigação e esta mobilização de vocês é importante – ressaltou, referindo-se às mães presentes à sessão de ontem.

Além de Casagrande, estiveram na comitiva os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Romeu Tuma (PTB-SP), José Nery

(PSOL-PA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Demostenes Torres (DEM-GO) e Magno Malta (PR-ES), os dois últimos, relator e presidente da CPI da Pedofilia.

Casagrande disse acreditar que a ida dos senadores a Luziânia foi importante para mostrar à sociedade que o caso precisa ser solucionado. E afirmou ser necessário que a mobilização não pare e que o Senado continue se colocando à disposição para ajudar no esclarecimento dos fatos.

Ele recebeu do secretário de Segurança, Ernesto Roller, informações sobre os altos índices de violência na região e discutiu com ele a necessidade de melhor distribuição dos recursos públicos.

– Contem com aquilo que for necessário e que a gente puder ajudar no processo da investigação para descobrir o paradeiro dessas crianças – disse Casagrande às mães dos adolescentes desaparecidos.

Cristovam pede investigação federal em Luziânia

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que o ministro da Justiça, Tarso Genro, ofereça ao governo de Goiás os serviços da Polícia Federal para investigar o paradeiro dos menores desaparecidos na cidade de Luziânia (GO). Ele saudou em Plenário os parentes das crianças que estavam nas galerias do Senado.

O presidente da República não tem a quem recorrer para a defesa das crianças, afirmou o senador, apontando a omissão do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão ligado à Presidência.

– Nessa crise toda, a gente não ouviu falar do Conanda –



Cristovam critica omissão do Conselho Nacional dos Direitos da Criança

disse.

Para Cristovam, o Brasil adota um tratamento desigual para pobres e ricos. Se um dos desaparecidos fosse filho de um senador ou de um governador, todo o país teria parado para

procurá-lo, declarou, afirmando seu desejo de que um dia um presidente da República possa ter em seu computador o nome de todas as crianças do Brasil, para que acompanhe a vida de cada uma, se quiser. Quando governador, disse ele, tinha em seu computador o nome de todas as crianças em situação de risco no Distrito Federal.

Cristovam reiterou ainda apelo para aprovação do projeto que cria a Agência de Proteção da Criança e do Adolescente. A proposta está parada na Câmara devido à resistência que tem enfrentado. No Senado, onde já foi aprovada, também despertou reações, disse o senador.

Renan vê PMDB mais maduro e unido



Renan elogia Temer, mas diz que não há veto a outros nomes

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, afirmou em discurso que o partido amadureceu e não vive mais as hesitações do passado, experimentando nos últimos anos a unidade em torno do projeto feito com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para ele, o partido tem a unidade, não a unanimidade, mas convive democraticamente com o divergente.

Segundo ele, é nessa situação que o partido realiza convenção amanhã para a eleição de seu novo presidente. Renan elogiou o deputado Michel Temer (SP) – que deve se candidatar novamente ao cargo – por ter demonstrado coerência na função, mas sustentou que não há “aversão,

objeção ou veto” a nenhum outro que queira disputar a direção do partido.

O líder peemedebista previu que uma maioria expressiva do partido deve manter o pré-compromisso firmado pela direção do partido com o presidente Lula para indicar o nome do candidato a vice-presidente na chapa encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores. Renan disse que o PMDB fará a indicação no momento “legalmente adequado, sem assombro, alheio às pressões exógenas e aos ataques especulativos”.

Mão Santa diz que processo é farsa



Senador acusa funcionário do governo de ter forjado denúncia

Mão Santa (PSC-PI) protestou contra o processo aberto contra ele no Piauí. De acordo com o senador, ele está sendo processado por ter feito uma carreata em Parnaíba no dia da eleição de 2008.

– Eu sou vítima, porque fiz carreata no dia da eleição, de três, quatro carros. Eu, o maior líder da história do Piauí – afirmou o parlamentar, acrescentando que “ninguém lá já teve mais voto do que eu, na história”.

O senador disse que chegou a Parnaíba pouco depois das 16h e foi recebido no aeroporto por “três ou quatro amigos”. Segundo o parlamentar, entraram ao seu lado, no colégio onde foi votar, seu irmão Carlos, sua esposa Adalgisa, um cunhado e o deputado Ciro Nogueira. Acrescentou que o deputado começou a discutir com um advogado do PT, funcionário do governo, que teria “inventado um processo”.

Mão Santa afirmou que o único intuito é que o processo vá para o Supremo Tribunal Federal (STF) e que isso seja estampado em manchetes de jornais. Disse que a Justiça “tem que ser casada com a verdade” e não pode acalentar “processos forjados que nascem casados com a mentira”.